

Bordeaux Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
acompanhadas do Relatório dos Auditores
Independentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

Bordeaux Participações S.A.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	2
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Bordeaux Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidada da **Bordeaux Participações S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Bordeaux Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidada de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Possibilidade de dependência econômico-financeira junto aos acionistas

Conforme nota explicativa nº 15, a controladora possui no passivo não circulante o montante de R\$ 2.106.416 mil referente a debêntures a pagar. Em 31 de dezembro de 2022 a controladora incorreu em prejuízo líquido no montante de R\$ 349.939 mil (R\$ 120.361 mil em 2021). Considerando tais informações, chamamos à atenção para a possibilidade de a Companhia necessitar de aportes financeiros por parte de seus acionistas, caso o investimento em controlada não apresentem caixa suficiente para quitação de suas obrigações a longo prazo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidado, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de novembro de 2023.

Roberto H. Santini

Roberto Henrique Santini
Contador CRC 1SP- 247.963/O-5

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

The logo for RSM (Roberto Santini & Associados) features three colored squares (grey, green, blue) to the left of the letters 'RSM' in a bold, sans-serif font.

BORDEAUX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ(ME) 21.279.023/0001-57

Balanco patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	209	163	360.070	344.153
Contas a receber	5	-	-	75.326	42.730
Estoques	6	-	-	11.408	5.368
Tributos a recuperar	8	-	-	43.465	32.049
Despesas antecipadas	-	-	-	12.114	-
Partes relacionadas	23	-	-	4.796	3.562
Outros ativos	7	-	-	7.008	3.690
Total do circulante		209	163	514.187	431.552
Não circulante					
Contas a receber	5	-	-	1.170	8.613
Depósitos judiciais	21	-	-	18.978	16.630
Outros ativos	7	-	-	23.504	1.382
Despesas antecipadas	-	-	-	14.552	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.a	21.380	-	154.932	92.618
Tributos a recuperar	8	-	-	26.409	20.732
Partes relacionadas	23	-	-	403.631	20.711
Adiantamento para aquisição de controlada	-	-	-	10.000	35.000
Investimento em controlada	9	2.720.644	2.476.408	-	-
Imobilizado	10	-	-	881.114	706.371
Intangível	11	-	-	2.068.540	1.738.000
Direito de uso de ativos	12.a	-	-	134.225	8.471
Total do não circulante		2.742.024	2.476.408	3.737.055	2.648.528
Total do ativo		2.742.233	2.476.571	4.251.242	3.080.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BORDEAUX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ(ME) 21.279.023/0001-57

Balço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Fornecedores	13	15	-	113.432	51.879
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	37.565	204.397
Debêntures	15	-	-	20.905	52.232
Passivo de arrendamentos	12.b	-	-	19.314	3.060
Impostos e contribuições sociais a recolher	16	1	-	31.054	9.798
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	-	-	12.524	103
Aquisições	18	-	-	16.029	-
Impostos parcelados	19	-	-	16.670	-
Outras contas a pagar	20	1	172	24.973	1.710
Total do circulante		17	172	292.466	323.179
Não circulante					
Fornecedores	13	-	-	9.367	-
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	8.894	-
Debêntures	15	2.106.416	1.589.912	3.033.892	1.843.448
Passivo de arrendamentos	12.b	-	-	116.230	5.920
Impostos e contribuições sociais a recolher	16	-	-	10.914	10.914
Impostos parcelados	19	-	-	24.694	-
Outras contas a pagar	20	-	-	34.358	-
Provisão para riscos	21	-	-	33.973	10.132
Total do não circulante		2.106.416,00	1.589.912,00	3.272.322,00	1.870.414,00
Patrimônio líquido					
Capital social	24.1	1.006.948	1.006.848	1.006.948	1.006.848
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.2	99.152	-	99.152	-
Prejuízos acumulados		(470.300)	(120.361)	(470.300)	(120.361)
Total do patrimônio líquido		635.800	886.487	635.800	886.487
Participação de acionistas não controladores		-	-	50.654	-
Total do passivo e patrimônio líquido		2.742.233	2.476.571	4.251.242	3.080.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BORDEAUX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ(ME) 21.279.023/0001-57

**Demonstração do resultado do exercício (individual e consolidada)
findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	25	-	-	473.349	394.091
Custos dos serviços prestados	26	-	-	(270.346)	(259.975)
Lucro Bruto		-	-	203.003	134.116
Receitas/(Despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	-	-	(65.520)	(60.494)
Despesas gerais e administrativas	26	(62.986)	(21)	(168.650)	(72.172)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(37.238)	(30.429)	-	-
Ganho de capital em investimento	9	245.407	-	245.407	-
Outras receitas (despesas), líquidas	26	-	-	(21.007)	1.615
Total das receitas / despesas operacionais		145.183	(30.450)	(9.770)	(131.051)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		145.183	(30.450)	193.233	3.065
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	3	-	63.318	34.092
Despesas financeiras	27	(516.504)	(89.911)	(646.165)	(159.233)
Resultado financeiro líquido		(516.501)	(89.911)	(582.847)	(125.141)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(371.318)	(120.361)	(389.614)	(122.076)
Imposto de renda e contribuição social corrente	22.b	(1)	-	(11.949)	(1.110)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.a/b	21.380	-	49.698	2.825
Prejuízo líquido do exercício		(349.939)	(120.361)	(351.865)	(120.361)
Acionistas controladores				(349.939)	(120.361)
Acionistas não controladores				(1.926)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BORDEAUX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ(ME) 21.279.023/0001-57

Demonstração do resultado abrangente individual e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo do exercício	(349.939)	(120.361)	(351.865)	(120.361)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(349.939)	(120.361)	(351.865)	(120.361)
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores			(349.939)	(120.361)
Participação dos acionistas não controladores			(1.926)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BORDEAUX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ(ME) 21.279.023/0001-57

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>		<u>Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total controladores</u>	<u>Total não controladores</u>	<u>Total Consolidado</u>
	<u>Integralizado</u>	<u>a integralizar</u>					
Saldo iniciais em 31 de dezembro de 2020	1.006.848	(1.006.848)	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	1.006.848	-	-	1.006.848	-	1.006.848
Prejuízo do exercício	-	-	-	(120.361)	(120.361)	-	(120.361)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.006.848	-	-	(120.361)	886.487	-	886.487
Aumento de capital	4.100.010	(4.099.910)	-	-	100	-	100
Perda de participação societária	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	-	99.152	-	99.152	52.580	151.732
Prejuízo do exercício	-	-	-	(349.939)	(349.939)	(1.926)	(351.865)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.106.858	(4.099.910)	99.152	(470.300)	635.800	50.654	686.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BORDEAUX PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ(ME) 21.279.023/0001-57

Demonstração do fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Atividades Operacionais	245.304	(89.932)	548.978	(2.322.977)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(349.939)	(120.361)	(349.939)	(120.361)
Resultado equivalência patrimonial	37.238	30.429	-	-
Provisão para riscos	-	-	23.841	10.132
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.380)	-	(62.314)	(2.825)
Passivo de arrendamentos	-	-	126.564	8.980
Depreciação e amortização	-	-	141.437	127.550
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	21.851	19.723
Provisão para perdas de estoques	-	-	(299)	1.264
Encargos e variação monetária	516.504	-	516.504	81.974
Participação de acionistas não controladores	-	-	50.654	-
Baixas / doações / cisão parcial de bens do ativo imobilizado	-	-	17.798	94.981
Mais valia de ativo imobilizado e intangível	62.881	-	62.881	(379.671)
Saldo de incorporação (Copel) ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(751.165)
Agio na aquisição de investimento	-	-	-	(1.413.559)
Variações de ativos e passivos	(155)	173	(263.835)	(227.250)
(Aumento) diminuição Contas a receber	-	-	(47.004)	(71.066)
(Aumento) diminuição Estoques	-	-	(5.741)	(7.039)
(Aumento) diminuição Tributos a recuperar	-	-	(17.093)	(52.781)
(Aumento) Despesas antecipadas	-	-	(26.666)	-
(Aumento) diminuição Depósitos judiciais	-	-	(2.348)	(16.630)
(Aumento) diminuição Partes relacionadas	-	-	(384.154)	(24.273)
(Aumento) diminuição Outros ativos	-	-	(440)	(40.072)
Aumento (diminuição) Fornecedores	15	-	70.920	51.879
Aumento (diminuição) Impostos e contribuições sociais a recolher	1	-	62.620	(69.081)
Aumento (diminuição) Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	12.421	103
Aumento (diminuição) Outras contas a pagar	(171)	173	73.650	1.710
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	245.149	(89.759)	285.143	(2.550.227)
Atividades de Investimento	(344.355)	(2.506.838)	(853.153)	(130.571)
(Inversões) em:				
Aquisição de Investimentos	(344.355)	(2.506.838)	-	-
Aquisição de Imobilizado	-	-	(727.399)	(120.938)
Aquisição de Intangível	-	-	-	(1.162)
Direito de uso de ativos	-	-	(125.754)	(8.471)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(344.355)	(2.506.838)	(853.153)	(130.571)
Atividades de Financiamento	99.252	2.596.760	583.927	3.024.951
Integralização de capital	100	1.006.848	100	1.006.848
Debêntures	-	1.589.912	642.613	1.813.706
Empréstimos e financiamentos	-	-	(157.938)	204.397
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	99.152	-	99.152	-
Perda de participação societária	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	99.252	2.596.760	583.927	3.024.951
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	46	163	15.917	344.153
Modificações na Posição Financeira				
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	163	-	344.153	-
No final do exercício	209	163	360.070	344.153
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	46	163	15.917	344.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Bordeaux Participações S.A., denominada “Companhia” foi constituída em 23 de outubro de 2014, com prazo indeterminado de duração. A Companhia tem como objeto social a participação em outras Sociedades, de qualquer natureza e tipo societário.

Em 14.01.2021 foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações - CCVA entre Ligga e Bordeaux Participações S.A., sociedade do grupo econômico do Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, vencedora do leilão. A conclusão da operação de alienação estava sujeita ao cumprimento das condições definidas no Edital e no CCVA que contemplam, dentre outras, as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, que aprovaram respectivamente em maio e em julho de 2021.

Está consolidada nestas demonstrações financeiras a empresa Ligga Telecomunicações S.A., com sede na rua Treze de maio, 1062 - São Francisco - Curitiba - PR, é sociedade fechada, tendo como ramo de atividade:

- (i) Exploração, prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, sob todas as formas legalmente permitidas, no âmbito do Estado do Paraná e em qualquer localidade onde houver interesse e possibilidade para a Companhia, sendo estas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações;
- (ii) Elaboração de estudos, pesquisas, projetos e planejamentos, por conta própria ou de terceiros, na área de telecomunicações, comunicações e naquelas conexas, correlatas, necessárias e/ou úteis à execução destas atividades; e
- (iii) Prestação de serviços compatíveis com aqueles inerentes às áreas de comunicações e telecomunicações, bem como os que visam a otimização da infraestrutura, das atividades necessárias à operação, manutenção, supervisão, direção de obra, construção, fornecimento de materiais e equipamentos.

No exercício de 2019, a Companhia Paranaense de Energia - Copel (acionista controlador) iniciou o processo de desinvestimento da Ligga Telecom. Em 14.01.2021 foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações - CCVA entre Ligga e Bordeaux Participações S.A., sociedade do grupo econômico do Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, vencedora do leilão. A conclusão da operação de alienação estava sujeita ao cumprimento das condições definidas no Edital e no CCVA que contemplam, dentre outras, as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, que aprovaram respectivamente em maio e em julho de 2021.

Durante a realização dos estudos para alienação da Ligga Telecom foram identificados alguns ativos considerados estratégicos para a Copel Distribuição e para a Copel Geração e Transmissão, subsidiárias integrais da Ligga, como os cabos OPGW (*Optical Ground Wire*) instalados nas linhas de transmissão de energia elétrica que servem de para-raios e possuem um núcleo de fibra óptica, bem como algumas torres que garantem a comunicação com as equipes de campo, além de alguns outros ativos administrativos. O total destes ativos, registrados no imobilizado e intangível da Ligga Telecom, representavam em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$50.970, e sua transferência para as subsidiárias da Copel ocorreu por meio de dois processos:

- Doação de bens: R\$21.640 com baixa dos bens contra o resultado;
- Cisão parcial de bens R\$29.639 com baixa dos bens contra o capital social, resultando numa redução do capital social da Companhia, divididos entre R\$21.047 de ativo imobilizado, R\$5.573 ativo intangível e R\$2.711 em estoques.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

No segundo semestre de 2021, todos os empregados registrados na Ligga Telecom foram realocados para novas funções nas demais subsidiárias da Ligga. Em 2021, o total de custos e despesas registrados nas rubricas de Pessoal e Administradores e de Planos previdenciário e assistencial foi de R\$49.593.

Em 22 de dezembro de 2021, foi celebrado o Contrato de Investimento e Outras Avenças entre Ligga Telecomunicações S.A. e Nova Fibra Telecom. A Ligga Telecom realizou um adiantamento como sinal de intenção de negócio no valor de R\$35.000, e a conclusão da operação de alienação estava sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a operação foi aprovada em julho de 2022.

Em 28 de julho de 2022 foi celebrado “Protocolo de Incorporação de Ações e Justificação”, nos artigos 224, 225 e 252 da Lei das Sociedades, que estabeleceu os termos da Incorporação de Ações de Emissão da Companhia. A Incorporação de Ações, nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações e da aprovação do “Protocolo de Incorporação de Ações da Nova Fibra Telecom S.A. pela Ligga Telecomunicações S.A.”, tornou a Companhia uma subsidiária integral da Ligga Telecom.

A controlada Nova Fibra tem como principais objetivos: provedores de voz sobre protocolo Internet – VOIP; operadores de televisão por assinatura por cabo; serviços de telefonia fixa comutada – STFC; provedores de acesso as redes e comunicação; serviços de Comunicação de Multimídia – SCM; Comércio Varejista especializado de equipamento e suprimentos de informática; Comércio varejista especializado em eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação; Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na Internet ; Instalação e manutenção elétrica; Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; e Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios.

A Companhia e sua controlada continuam realizando iniciativas de ajustes operacionais, ganhos de eficiência e contínua melhora de sua estrutura de capital objetivando retomar sua lucratividade em 2023, revertendo, ao longo dos próximos dois anos, a situação de prejuízo líquido consolidado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nos montantes de R\$349.939 (R\$120.361 em 31 de dezembro de 2021). Vide ações referentes a reestruturação operacional da Companhia, mudança de perfil dos contratos, captação de clientes e redução do custo operacional.

Dentre as principais ações adotadas pela Administração com o objetivo de melhorar o resultado da Companhia e sua controlada estão:

- Modernização da rede;
- Estratégia de marketing focada, desenvolvendo posicionamento da marca e servindo como ferramenta para crescimento das vendas;
- Melhor capacitação dos prestadores de serviço de instalação, bem como criação de equipes próprias de alto rendimento;
- Reavaliação de contratos com fornecedores e prestadores de serviço em geral, buscando maior sinergia de custos e melhor nível de entrega;
- Modernização de plataforma sistêmica, melhores controles internos (SAP4) e melhor agilidade e confiabilidade na relação com clientes (SalesForce);
- Implementação de novos produtos geradores de receita no portfólio de produtos, voltado tanto ao mercado B2C como B2B.

A Administração da Companhia entende que as ações acima relacionadas, são suficientes para garantir a continuidade das operações da Companhia.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Contrato de autorização: A Ligga Telecom, através dos Termos de Autorização 54/2003 e 305/2012, obteve autorização, com prazo indeterminado, da Anatel para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia - SCM em todo território nacional, o que habilita a expansão de suas operações e o desenvolvimento de novos negócios.

2. Base de preparação

2.1. Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de novembro de 2023.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2.4.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 3.2 e 6 – Estoques;
- NE nº 3.3 e 10 - Imobilizado;
- NE nº 3.4 e 11 - Intangível;
- NE nº 3.5, 10 e 11 - Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment;
- NE nº 3.5.2, 5 e 7- Perdas de créditos esperadas;
- NE nº 3.9 e 21 - Provisões para riscos;
- NE nº.9.1 - Reconhecimento de receita;
- NE nº 3.9.3 e 22 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- NE nº 3.10 e 9 – Investimentos.

2.5. Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de termo de autorização; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

2.6. Critérios de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia perder o controle. Nesta situação, na data da perda de controle é dada a baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado.

Os seguintes principais procedimentos de consolidação adotados foram:

- Eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas;*
- Eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida;*
- Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;*
- Eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas; e*
- Cálculo de participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando aplicável.*

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações da Companhia e sua controlada a seguir relacionadas:

	<u>31/12/2022</u>
	<u>Nova Fibra Telecom</u>
Participação no capital total	100%
Quantidade de ações ou cotas possuídas	2.803.939
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(3.509)
Capital social	16.000
Prejuízo no exercício (1)	(4.284)

(1) O saldo de prejuízo no exercício refere-se ao resultado apurado pela controlada Nova Fibra no período compreendido entre 29/07/2022 a 31/12/2022. Conforme mencionado na nota explicativa nº1, em 28/07/2022 houve e conclusão da aquisição e assinatura do contrato.

2.7. Ágio na aquisição de investimentos societários

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (vide Nota 2.8).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável ("impairment"). Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Controladora (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ou em um ano a partir da combinação de negócios a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente.

A Controladora, conforme estabelecido no CPC 15/IFRS 3, faz uso, quando necessário, do expediente relacionado ao período de mensuração da combinação de negócios, onde é estabelecido que, caso uma combinação de negócios esteja incompleta ao término do período de reporte, seja reportado pelo adquirente, em suas demonstrações contábeis, os valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta e, caso sejam identificadas modificações em ativos adquiridos e passivos assumidos, estes sejam ajustados retrospectivamente até o final da data de reporte, desde que atrelados a fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2.8. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Em combinação de negócios em que o adquirente e a adquirida (ou seus ex-proprietários) trocam somente participações societárias, o valor justo, na data da aquisição, da participação na adquirida pode ser mensurado com maior confiabilidade que o valor justo da participação societária no adquirente. Se for esse o caso, o adquirente deve determinar o valor da contraprestação a ser transferida utilizando o valor justo, na data da aquisição, da participação societária na adquirida em vez do valor justo da participação societária transferida.

Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos) é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração do resultado do exercício em que ocorre a aquisição.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33 (R1)), respectivamente;
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

As participações de não controladores que correspondam a participações atuais e confirmam aos seus titulares os direitos a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensurados pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e outro CPC.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. Outras contrapartidas contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas das demonstrações financeiras subsequentes, e as variações do valor justo são contabilizadas no resultado.

2.8.1. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 (R2) - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.8.2. Combinações de negócios ocorridas

Houve apenas uma combinação de negócios ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Nova Fibra Telecom S.A.

Em 28 de julho de 2022 foi celebrado "Protocolo de Incorporação de Ações e Justificação", nos artigos 224, 225 e 252 da Lei das Sociedades, que estabeleceu os termos da Incorporação de Ações de Emissão da Companhia. A Incorporação de Ações, nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações e da aprovação do "Protocolo de Incorporação de Ações da Nova Fibra Telecom S.A. pela Ligga Telecomunicações S.A.", tornou a Companhia uma subsidiária integral da Ligga Telecom.

A Companhia presta serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, sob todas as formas legalmente permitidas, predominantemente no âmbito do Estado do Paraná e outras localidades de interesse, sendo estas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações. A exploração de tais serviços se dá por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em nível nacional. Sua participação no mercado considerando o número de acessos a nível nacional está em 0,6%, sendo na Região Sul 2,9% e no Estado do Paraná 7,8%.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Concomitantemente ao fechamento, a Ligga adquiriu do Sr. Agnaldo Bastos Lopes (Vendedor) 227.690 ou 25,02% das ações de emissão da Nova Fibra, em contrapartida ao respectivo pagamento dos valores previstos na alínea “b” da Cláusula 3.1. do Contrato, descritos adiante, mantendo-se o Sr. Agnaldo Bastos Lopes como acionista titular de 74,98% das demais ações de emissão da Companhia, com o consequente ingresso da Ligga no capital social da Sociedade.

Em razão da incorporação Sr. Agnaldo Bastos Lopes, detinha 682.310 ou 74,98% das ações da Nova Fibra, assim pela incorporação, a Ligga, através de aumento de capital, emitiu 36.225.000 novas ações, correspondentes a 4,92% do total de suas ações, em favor e entregues ao Sr. Agnaldo Bastos Lopes, o qual as recebeu em substituição as ações por ele possuídas, e incorporadas pela Ligga.

O valor da contraprestação transferida para aquisição de 100% das ações (910.000 ações) da Nova Fibra total foi de R\$397.827, sendo que R\$110.788 em moeda corrente nacional e R\$287.039 através de troca de ações.

Com a entrada do novo sócio, o capital social da LIGGA ficou representado da seguinte forma:

Acionista Ligga	Qtde de ações	Participação
Bordeaux Participações	700.421.899	95,08%
Agnaldo Bastos Lopes	36.225.000	4,92%
Total de ações	736.646.899	100,00%

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2.8.3. Ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da combinação de negócios:

	Nova Fibra
Ativos:	273.849
Caixa e equivalentes de caixa	268
Contas a receber de clientes	7.502
Estoques	376
Tributos a recuperar	388
Despesas antecipadas	12
Outros ativos	451
Depósitos judiciais	1.614
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.617
Imobilizado	57.964
Intangível	59.964
Direito de uso de ativos	6.397
Ativos assumidos	23.504
	Nova Fibra
	273.849
Mais valia - cláusula não competição	4.699
Mais valia - carteira de clientes	28.298
Mais valia - grandes clientes	7.009
Mais valia - marcas	8.236
Mais valia - imobilizado	54.550
	Nova Fibra
	159.972
Passivos:	
Fornecedores	17.956
Empréstimos e financiamentos	7.851
Aquisições	22.594
Passivo de arrendamentos	1.175
Impostos e contribuições sociais a recolher	24.721
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	6.124
Parcelamento de impostos	7.772
Provisão para riscos	220
Outras contas a pagar	3.346
Passivos assumidos	7.961
Fornecedores	7.868
Aquisições	733
Passivo de arrendamentos	5.661
Empréstimos e financiamentos	13.213
Parcelamento de impostos	9.088
Provisão para riscos	15.323
Outras contas a pagar	8.366
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	113.877
Participação adquirida	100%

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2.8.4. Alocação do preço pago

A seguir o demonstrativo do cálculo do ágio para as combinações de negócios ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Em 2022	Nova Fibra
Valor à vista (a)	20.000
Valor da parcela a prazo (b)	75.788
Valor por troca de ações	287.039
AFAC integralizado na compra (a)	15.000
Total da contraprestação transferida	397.827
Ajuste de preço (c)	(9.523)
Total da contraprestação transferida	388.304
Participação adquirida	100%
Ajuste de preço (c)	(9.523)
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	113.877
Ágio por rentabilidade futura	274.427

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em dezembro de 2021 a Companhia realizou o adiantamento de R\$35.000 como sinal de negócio para aquisição da Nova Fibra. Com a aprovação do CADE em julho de 2022, R\$20.000 foram utilizados para liquidação do saldo de R\$ 95.788 e o valor de R\$15.000 como AFAC na transação.

(b) Vide nota explicativa nº 20.

(c) Valor referente ao ajuste a valor presente do saldo de R\$75.788 que está sendo pago de forma parcelada. Mais detalhes estão dispostos na nota explicativa nº 20.

2.8.5. Mensuração do valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis identificados separadamente adquiridos foram os seguintes:

Ativo adquirido	Técnica de avaliação	Definição
Cláusula não competição	Método de lucro	O método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que devem ser gerados pela carteira de clientes adquirida.
Carteira de clientes	Método de lucro	O método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que devem ser gerados pela carteira de clientes adquirida.
Grandes clientes	Método de lucro	O método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que devem ser gerados pela carteira de clientes adquirida.
Marcas	Royalties relief	Fluxo de caixa descontado, utilizando-se como base as informações de vendas, taxas de royalties e em consonância com taxas vigente em mercado, descontado benefício/carga de imposto de renda, crescimento de vendas do mercado interno, constantes na projeção de avaliação econômica
Imobilizado	Valor justo	Ativo imobilizado adquirido na combinação de negócios e avaliados a valor justo na data de ativos aquisição.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, não possui passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e não opera instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3.1.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2. Estoque

Os materiais no almoxarifado classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.3. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, incluindo gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela vida útil estimada. Os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.4. Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

3.4.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3.4.2. Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível, são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo.

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

3.5.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo e nos dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

3.5.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável e considerando as características do negócio, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa devido este ser o nível mais baixo para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3.6. Arrendamento mercantil

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil", que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease; SIC-15 - Operating Leases - Incentives; e SIC-27 - Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira apurada com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

Passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da aplicação inicial.

Ativo de direito de uso é reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial. Não serão considerados os custos diretos iniciais da mensuração do direito de uso na data da aplicação inicial.

Considerando que a Companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento serão mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto, taxas incrementais sobre empréstimos da Companhia na data de adoção inicial, determinadas principalmente pelas taxas de captação corporativa (obtidas pelas taxas históricas da Companhia), ajustadas por prazo, ambiente econômico do país de operação da arrendatária e efeitos de garantias similares.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

3.7. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

3.8.1. Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, de receita de conectividade e tecnologia da informação.

A Companhia reconhece a receita de conectividade pelo valor justo da contraprestação ao longo do tempo, mediante o fornecimento de conectividade de internet de alta velocidade ao cliente. Adicionalmente, reconhece a receita não faturada considerando o período que compreende o último faturamento e o encerramento do mês, por meio de estimativa, com base na última medição efetuada.

A Companhia reconhece receitas de prestação de serviços com contratos com clientes, ao longo do tempo, de acordo com a quantidade de horas trabalhadas ou valor fixo por mês.

3.8.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

A tributação no regime de lucro real compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3.8.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.8.4. Impostos indiretos

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não; for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 29%
ISS - Imposto sobre serviços	2% a 5%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3% e 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,65% e 1,65%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente dos custos dos serviços prestados na demonstração do resultado.

3.9. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e estão demonstrados na nota explicativa nº 9.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Controladora no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. O ágio relativo é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação da Controladora nos resultados operacionais. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Controladora. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, a Controladora reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Controladora e a controlada são eliminados em proporção à participação.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Controladora determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento. A Controladora determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros", na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre o investimento, a Controladora mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

3.10. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover a seus clientes serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

Os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados de forma consolidada, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

Receitas financeiras e custos financeiros, além de ganhos e perdas a valor justo sobre ativos financeiros, não são alocados a segmentos individuais, uma vez que instrumentos subjacentes são administrados de forma agrupada.

Impostos correntes, impostos diferidos e determinados ativos e passivos financeiros não são alocados a esses segmentos, uma vez que também são administrados de forma agrupada.

Dispêndios de capital consistem em adições de imobilizado, ativos intangíveis e propriedades para investimento, incluindo ativos originados da aquisição de subsidiárias.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3.11. Uso de julgamentos e estimativas

Quando da elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, a Administração utiliza estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações financeiras não podem ser calculados com precisão. A Administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências. Deste modo, as estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2022 utilizadas para a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram revisadas sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

3.11.1. Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia efetua estimativas significativas para a determinação de premissas utilizadas na avaliação de alguns saldos de ativos e passivos, despesas e receitas.

Os itens significativos que estão sujeitos a estimativas e premissas incluem o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a vida útil dos ativos, a provisão para riscos e a constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos.

3.11.2. Julgamentos

A Administração da Companhia utiliza seu julgamento para definir as políticas contábeis adequadas a serem aplicadas a determinadas transações sempre que as normas e interpretações dos CPC vigentes não tratem especificamente dos respectivos assuntos contábeis, assim como julgamento sobre a capacidade da Companhia de continuar em operação.

3.11.3. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. Essa norma esclarece critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das incertezas dos tributos sobre o lucro, haja vista a ausência de explicações nesse sentido no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) e divergências entre os procedimentos adotados pelas empresas, principalmente em relação:

- Ao momento do reconhecimento (com ou sem autuação fiscal);
- À mensuração dos montantes considerados incertos;
- À divulgação sobre a natureza das incertezas em notas explicativas; e
- À apresentação da provisão para incertezas (incluindo ou não juros e multas) na demonstração do resultado.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

A incerteza deve ser refletida na mensuração para fornecer a melhor previsão da resolução da incerteza, baseando-se no valor mais provável ou no valor esperado. A interpretação também exige que sejam reavaliados os julgamentos e as estimativas aplicadas se os fatos e as circunstâncias mudarem - por exemplo: com base no resultado de inspeção das autoridades fiscais, seguindo as mudanças nas regras tributárias ou quando há a expiração do direito de uma autoridade tributária contestar um tratamento.

A Companhia não identificou impactos oriundos dessa norma em sua demonstração financeira, uma vez que no reconhecimento dos tributos sobre o lucro, não são contemplados valores baseados em estimativas incertas.

3.12. Novos procedimentos com vigência em exercício futuros

Os pronunciamentos abaixo foram adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2022 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

IAS 16 - Ativo imobilizado: a alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

IFRS 3 - Combinação de Negócios - Alterações nas referências à Estrutura Conceitual: as alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3/CPC 15 para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Contratos onerosos: Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a entidade não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros: A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

A adoção dessas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2022).

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor.

Alteração da norma IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Em maio de 2021, o IASB divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2023.

Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações no IAS 1 (norma correlata ao CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2: Making Materiality Judgements fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

A Companhia estima que a adoção dessas normas e alterações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2023).

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	162	163	6.987	1.191
Aplicações financeiras	47	-	353.083	342.962
	209	163	360.070	344.153

As aplicações financeiras da Companhia referem-se à valorização das cotas por meio de aplicações em Ativos Financeiros e demais modalidades operacionais disponíveis nos mercados financeiro e de capitais que envolvam vários fatores de risco, de acordo com a política de investimento estabelecida. As aplicações são remuneradas entre 101,00% e 146,221% do CDI% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (134,76% e 117,41% em 31 de dezembro de 2021).

5. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes	118.076	71.072
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(41.580)	(19.729)
	76.496	51.343
A vencer	57.207	41.098
Vencidos:		
Até 30 dias	9.441	4.642
31 a 60 dias	3.983	2.013
61 a 90 dias	2.264	1.303
91 a 180 dias	8.033	3.227
Acima de 180 dias	37.148	18.789
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(41.580)	(19.729)
	76.496	51.343
Circulante	75.326	42.730
Não circulante	1.170	8.613
	76.496	51.343

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Os valores de contas a receber listados no quadro acima contém transações com partes relacionadas. Abaixo listamos os valores de partes relacionadas:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Sercomtel S/A - Telecomunicações	3.157	-
	3.157	-

Os demais valores de transações com partes relacionadas estão apresentados na nota explicativa nº 23.

Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa

As provisões estimadas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes, considerando critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis. O valor é mensurado o percentual histórico de perdas por faixa de vencimento.

A Companhia considera o ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, conforme a composição abaixo.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(19.729)	-
Saldo de abertura - combinação de negócios	(3.495)	(2.498)
Provisão adicional	(18.356)	(19.772)
Valores baixados no exercício	-	2.541
	(41.580)	(19.729)

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

As perdas de créditos esperadas são apresentadas em despesas com vendas, no grupo de perdas de créditos, provisões e reversões. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas também em Despesas com vendas.

6. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, estando reduzidos, mediante as provisões evidenciadas ao valor de realização quando inferiores ao custo.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Estoque de produtos	12.373	6.632
Provisão para perdas de estoques	(965)	(1.264)
	11.408	5.368

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

A movimentação da provisão para perdas de estoques é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(1.264)	-
Saldo incorporação ("Ligga")	-	(672)
Complemento de provisão no exercício	(262)	(3.031)
Reversão de provisão no exercício	561	2.439
Saldo final	(965)	(1.264)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 houve necessidade de constituição de provisão para perda na realização dos itens em estoque. A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

A Companhia não possui estoques dados em garantia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

7. Outros ativos

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo assumido em aquisição de participação societária	23.504	-
Outros créditos	7.008	5.072
	30.512	5.072
Circulante	7.008	3.690
Não circulante	23.504	1.382
	30.512	5.072

8. Tributos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Antecipações de imposto de renda e da contribuição social	32.651	24.139
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	20.884	9.335
PIS e COFINS a recuperar	16.339	19.307
	69.874	52.781
Circulante	43.465	32.049
Não circulante	26.409	20.732
	69.874	52.781

A Companhia ajuizou em 13/05/2020, a ação em trâmite na 2ª Vara Federal de Curitiba/PR, visando o reconhecimento do direito ao não recolhimento das contribuições sociais para o PIS/PASEP e da COFINS sobre os valores de ICMS destacados nas Notas Fiscais desde 05/2015. Em 15/05/2020, foi proferida decisão deferindo a tutela antecipada para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com base no julgamento do Tema n. 69 pelo Supremo Tribunal Federal, julgado em sede de repercussão geral. Desse modo, pautada na decisão judicial, a Companhia passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, nos termos do artigo 151, inciso V, do Código Tributário Nacional.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Com relação aos valores recolhidos nos 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região aplicou a modulação de efeitos determinada pelo STF para limitar o direito de repetição de indébito/compensação apenas a partir de 15/03/2017, para as causas ajuizadas após esta data. Desse modo, considerando que a demanda da Companhia foi ajuizada em maio de 2020, o direito à compensação se refere ao período de 15/03/2017 a 15/05/2020, totalizando o valor de R\$14.184 até a presente data, bem como R\$1.703 relativo a juros e atualização monetária (Selic).

A União apresentou recurso de Embargos de Declaração em face do acórdão do TRF4, requerendo o reconhecimento da sucumbência recíproca das partes. O recurso foi rejeitado pelo TRF, o que motivou a interposição de Recurso Especial pela União para discussão específica acerca dos honorários de sucumbência. Não há recurso pendente de análise em relação ao mérito da tese. A Companhia aguarda o trânsito em julgado formal da decisão para que possa apresentar pedido de habilitação de crédito nos moldes da Instrução Normativa da RFB n. 2.055/2021.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

O saldo referente ao ativo não circulante possui o seguinte cronograma de compensação:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora e Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
2024	843
2025	5.116
2026	20.450
	26.409

9. Investimentos - Controladora

Em 03 de agosto de 2021, conforme o disposto no termo de fechamento, foi concluída a aquisição de 100% de Copel Telecomunicações, por meio de leilão de desinvestimento ocorrido em 09 de novembro de 2020 na B3, pela Bordeaux Participações.

A celebração do contrato de compra a venda de Ações ocorreu em 14 de janeiro de 2021 após as aprovações regulatórias do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O preço pago foi efetuado na data do fechamento, correspondente ao montante de R\$ 2.506.837.507 (dois bilhões, quinhentos e seis milhões, oitocentos e trinta e sete mil e quinhentos reais), esse saldo corresponde ao saldo original (à época do leilão de desinvestimento) corrigido à taxa acumulada SELIC até o período de assinatura do termo de fechamento. O valor original do lance feito e registrado pela BORDEAUX foi de R\$ 2.395.000.000 (dois bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões).

Em junho de 2023 foi emitido o Laudo de Avaliação Econômico-Financeira pela Baker Tilly que concluiu o valor para 100% da Empresa, após deduzidas a dívida líquida e demais ativos e passivo não operacionais, o montante é de R\$ 3.281.016.220 (três bilhões, duzentos e oitenta e um milhões, dezesseis mil e duzentos e vinte reais).

O investimento em participação societária permanentes está apresentado abaixo:

<u>Empresa</u>	<u>Ações</u>	<u>% de participação direta</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ágio (a)</u>	<u>Mais valia (b)</u>	<u>Saldo final</u>
Ligga Telecomunicações S.A (2021)	693.178.000	100%	683.178	1.413.559	379.671	2.476.408
Ligga Telecomunicações S.A (2022)	700.421.899	95%	979.399	1.413.559	327.686	2.720.644

(a) *Ágio por expectativa de rentabilidade futura (fundo de comércio ou goodwill) Benefícios econômicos futuros decorrentes de ativos não passíveis de serem individualmente identificados nem separadamente reconhecidos.*

(b) *O Saldo de mais valia inclui o intangível e carteira de clientes deriva do relacionamento da companhia com os seus clientes e o saldo de imobilizado a valor justo registrados através do Laudo de avaliação AP – 00355/22-01 emitido pela Apsis em de 31 de agosto de 2021 conforme notas explicativas n° 9 e 12.*

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

9.1. Movimentação do investimento

Ligga Telecomunicações S.A.		
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	2.476.408	-
Aquisição de investimento	-	713.607
Ágio	-	1.793.230
Equivalência patrimonial	(37.238)	(30.429)
Amortização - Mas valia	(62.933)	-
Aumento de capital	99.000	-
Ganho de participação societária	245.407	-
Total do investimento	2.720.644	2.476.408

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis e utensílios	Impairment	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2021								
Custo total	1.154.601	829	98	6.518	8.629	(5.842)	104.412	1.269.245
Depreciação acumulada	(554.863)	(172)	-	(4.387)	(3.452)	-	-	(562.874)
Valor residual	599.738	657	98	2.131	5.177	(5.842)	104.412	706.371
Saldo Inicial 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo incorporação ("Copel")	681.476	3.092	181	11	3.901	(31.781)	77.292	734.172
Mais valia (a)	31.832	-	-	2.129	3.438	25.939	-	63.338
Aquisições	-	-	-	-	-	-	120.938	120.938
Capitalizações	80.972	-	-	-	383	-	(81.355)	-
Baixas	(41.568)	(5)	-	-	(30)	-	(5.087)	(46.690)
Depreciação	(122.082)	(95)	-	(9)	(922)	-	-	(123.108)
Doação	(21.556)	-	(83)	-	-	-	-	(21.639)
Cisão parcial de bens	(9.336)	(2.335)	-	-	(1.593)	-	(7.783)	(21.047)
Transferências	-	-	-	-	-	-	407	407
Em 31 de dezembro de 2021	599.738	657	-	2.131	5.177	(5.842)	104.412	706.371

(a) Em 03 de agosto de 2021, conforme o disposto no termo de fechamento, foi concluída a aquisição de 100% de Copel Telecomunicações, por meio de leilão de desinvestimento ocorrido em 09 de novembro de 2020 na B3, pela Bordeaux Participações. A celebração do contrato de compra a venda de Ações ocorreu em 14 de janeiro de 2021 após as aprovações regulatórias do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Tendo em vista a representatividade do imobilizado e sua relevância para a continuidade das operações da COPEL TELECOMUNICAÇÕES, o saldo desta conta foi avaliado a valor justo através do Laudo de avaliação AP – 00355/22-01 emitido pela Apsis em de 31 de agosto de 2021.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Consolidado							Total
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis e utensílios	(-) Impairment	Imobilizado em andamento	
Em 31 de dezembro de 2022								
Custo total	1.318.904	21.535	4.436	8.795	9.162	(18.607)	241.091	1.585.316
Depreciação acumulada	(693.931)	(581)	-	(5.018)	(4.672)	-	-	(704.202)
Valor residual	624.793	21.954	4.436	3.777	4.490	(18.607)	241.091	881.114
Em 31 de dezembro de 2021	599.738	657	98	2.131	5.177	(5.842)	104.412	706.371
Saldo de abertura - combinação de negócios	37.340	15.083	3.388	476	514	(3.031)	4.194	57.964
Aquisições	4.030	26	-	-	24	-	218.226	222.306
Adição por combinação de negócios	46.177	5.647	976	1.803	-	-	-	54.603
Baixas	(866)	-	(26)	(2)	(4)	-	(8.446)	(9.344)
Depreciação	(133.208)	(409)	-	(239)	(587)	-	-	(134.443)
Depreciação - Mais valia (a)	(5.860)	-	-	(392)	(633)	-	-	(6.885)
Transferências	77.346	(50)	-	-	(1)	-	(77.295)	-
(-) Impairment	276	-	-	-	-	(9.734)	-	(9.458)
Em 31 de dezembro de 2022	624.973	20.954	4.436	3.777	4.490	(18.607)	241.091	881.114

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais, para os serviços de telecomunicações.

Taxas de depreciação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Máquinas e equipamentos	3% a 25%	3% a 25%
Edificações	3%	3%
Veículos	10%	10%
Móveis e utensílios	6% a 20%	6% a 20%

A partir de 2019, a Administração da Companhia julgou necessário reavaliar a estimativa de vida útil dos ativos de infraestrutura relacionados diretamente ao atendimento ao cliente (*last mile*). Considerando o novo ambiente de negócio e a movimentação da carteira de clientes, a Administração julgou oportuno revisar as taxas de depreciação, observando de forma mais preponderante a obsolescência comercial, proveniente de mudanças do mercado em que a Ligga Telecom está inserida.

Neste contexto, as principais alterações impactaram as classes de ativo de máquinas e equipamentos, mais especificamente, ONT's e Switch e cabos associados a estes equipamentos, reduzindo a vida útil para 4 e 6 anos, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a revisão desse estudo, e não identificou fatores que alterassem a vida útil estimada.

Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócio do segmento de telecomunicações com especial atenção à alguns fatores como o aumento de competitividade do setor, o alto grau de investimento necessário para preservação da carteira de clientes e o retorno esperado deste segmento.

A reversão de *impairment* no período de 2021 ocorreu pela realização por depreciação, efetivação das baixas e recuperação de equipamentos provisionados, referente aos ativos com registro de perdas estimadas.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou a provisão de R\$ 9.734 referente a estimativa de perdas com a desativação ocorridas durante o exercício.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

11. Intangível

	Taxa	Licenças de softwares e marcas registradas	Amortização acumulada	Líquido
Em 31 de dezembro de 2020		-	-	-
Saldo incorporação ("Ligga")		60.550	(43.557)	16.993
Aquisições		1.162	-	1.162
Amortizações	20%	-	(4.442)	(4.442)
Cisão parcial de bens		(17.141)	11.536	(5.605)
Ágio na aquisição de investimento (a)		1.413.559	-	1.413.559
Carteira de clientes (b)		316.333	-	316.333
Em 31 de dezembro de 2021		1.774.463	(36.463)	1.738.000
Saldo de abertura - combinação de negócios		59.964	-	59.964
Adição por combinação de negócios		333.566	-	333.566
Amortizações	20%	-	(6.994)	(6.994)
Amortização - Carteira de clientes (b)		-	(55.996)	(55.996)
Em 31 de dezembro de 2022		2.167.993	(99.453)	2.068.540

(a) *Ágio por expectativa de rentabilidade futura (fundo de comércio ou goodwill) Benefícios econômicos futuros decorrentes de ativos não passíveis de serem individualmente identificados nem separadamente reconhecidos.*

(b) *A intangível carteira de clientes deriva do relacionamento da companhia com os seus clientes. Relacionamentos com cliente tem valor para um negócio, pois representam uma fonte de renda estável e recorrente. Este relacionamento foi considerado como um intangível existente na data-base do Laudo, uma vez que é estável e recorrente, enquadrando-se na definição da carteira de clientes. Tendo em vista a natureza da carteira de clientes, foi feita uma segregação em relação à receita oriunda do setor privado da receita decorrente dos contratos mantidos com o setor público, tendo em vista que ambas possuem vida útil diferentes.*

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

12. Arrendamentos - Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento

a) Direito de uso de ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o direito de uso de ativos referentes a contratos de locação de edificações, veículos e máquinas e equipamentos estão apresentados a seguir:

	31/12/2021	Saldo de abertura - combinação de negócios	Adições novos contratos	Ajuste por remensuração	Amortização	Baixas	31/12/2022
Edificações	1.263	1.964	21.296	60	(2.620)	(21)	21.942
Veículos	7.208	-	-	2.501	(2.810)	(482)	6.417
Máquinas e equipamentos	-	4433	101660	-	(227)	-	105.866
	8.471	6.397	122.956	2.561	(5.657)	(503)	134.225

	31/12/2020	Adições novos contratos	Ajuste por remensuração	Amortização	Baixas	31/12/2021
Edificações	1.181	11.668	-	(598)	(10.988)	1.263
Veículos	8.694	-	975	(2.461)	-	7.208
Máquinas e equipamentos	1.372	-	78	(211)	(1.239)	-
	11.247	11.668	1.053	(3.270)	(12.227)	8.471

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

b) Passivo de arrendamentos:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os passivos de arrendamento estão apresentados a seguir:

Modalidade	Taxa incremental (média)	Vencimento final	Consolidado	
			31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento mercantil	9,10% a.a.	Ago/2031	135.544	8.980
			135.544	8.980
Circulante			19.314	3.060
Não circulante			116.230	5.920
			135.544	8.980

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente ao passivo não circulante possui o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano de vencimento	Consolidado 31/12/2022
2024	25.656
2025	25.885
2026	28.396
2027 em diante	36.293
Total	116.230

Abaixo, segue a mutação do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2021	11.740
Adições por novos contratos	11.668
Ajuste por remensuração	1.052
Encargos	856
Pagamento - principal	(3.090)
Pagamento - encargos	(856)
Baixas (a)	(12.390)
Em 31 de dezembro de 2021	8.980
Adições por combinação de negócios	6.836
Adições	122.956
Ajustes por remensuração	2.561
Encargos	2.069
Pagamento - principal	(3.939)
Pagamento - encargos	(2.412)
Baixas	(1.507)
Em 31 de dezembro de 2022	135.544
Circulante	19.314
Não circulante	116.230

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve baixas significativas, decorrente da transferência de unidade. Após a compra da Companhia pela Bordeaux Participações, o arrendamento do edifício que era de posse da Copel Holding e sediava as operações da Copel Telecom teve seu contrato encerrado antecipadamente.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Os valores reconhecidos como passivo de arrendamento são amortizados de acordo com a taxa incremental.

c) Transações que não envolvem caixa

As adições e ajustes por remensuração ocorridas no direito de uso de ativos tiveram como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos e, portanto, não afetaram o fluxo de caixa da Companhia. Abaixo segue o total destas transações em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Consolidado
Adições	11.668
Remensuração	1.052
Em 31 de dezembro de 2021	12.720
Adições	122.416
Remensuração	2.501
Em 31 de dezembro de 2022	124.917

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de materiais e serviços	15	-	98.235	15.273
Provisão contas a pagar	-	-	24.564	36.606
	15	-	122.799	51.879
Circulante	15	-	113.432	51.879
Não circulante	-	-	9.367	-
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	15	-	96.916	50.354
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	-	-	13.816	806
De 31 a 60 dias	-	-	4.930	6
De 61 a 90 dias	-	-	2.703	42
De 91 a 120 dias	-	-	176	220
De 121 a 180 dias	-	-	2.193	10
De 181 a 360 dias	-	-	2.065	154
Há mais de 360 dias	-	-	-	287
	15	-	122.799	51.879

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média de juros	Vencimento final	Consolidado	
			31/12/2022	31/12/2021
Nota promissória	CDI + 3,00% a.a	ago/22	-	204.397
Capital de giro	116% do CDI	Jan/26	45.867	-
Leasing	17% a.a	out/23	592	-
			46.459	204.397
Circulante			37.565	204.397
Não circulante			8.894	-

O saldo referente ao passivo não circulante possui o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano de vencimento	R\$
2024	4.318
2025	2.415
2026	2.161
Saldo do passivo não circulante de empréstimos em 31/12/2022	8.894

Em 31 de dezembro de 2022, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia não contêm cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte destas.

Abaixo, segue a movimentação dos saldos em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2021	
Ingressos	200.000
Encargos	7.717
Pagamento - encargos	(3.320)
Em 31 de dezembro de 2021	204.397
Adição por combinação de negócios	21.064
Ingressos	71.161
Encargos	28.978
Amortização - principal	(246.422)
Pagamento - encargos	(32.719)
Em 31 de dezembro de 2022	46.459

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

15. Debêntures

Modalidade	Taxa média de juros	Vencimento final	31/12/2022	31/12/2021
Debentures (1ª emissão)	CDI + 3,5% a.a.	ago/26	2.106.416	-
Debentures (4ª emissão)	CDI + 3,5% a.a.	ago/26	-	1.895.680
Debentures (5ª emissão)	8,6007% a.a + 100% do IPCA	ago/30	948.381	-
			3.054.797	1.895.680
Circulante			20.905	52.232
Não circulante			3.033.892	1.843.448
			3.054.797	1.895.680

O saldo referente ao passivo não circulante possui o seguinte cronograma de pagamentos:

Controladora

Ano de vencimento	31/12/2022
2024	2.106.416
	2.106.406

Consolidado

Ano de vencimento	31/12/2022
2024 a 2030	3.033.892
	3.033.892

A seguir a movimentação dos saldos em 31 de dezembro de 2022:

Controladora:

Em 31 de dezembro de 2020	-
Ingressos	1.530.613
Encargos e variação monetária	85.660
Pagamento - encargos	(26.361)
Em 31 de dezembro de 2021	1.589.912
Encargos	516.504
Em 31 de dezembro de 2022	2.106.416

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Consolidado:

Em 31 de dezembro de 2020	-
Saldo incorporação (“Ligga”)	657.590
Ingressos	1.889.912
Encargos e variação monetária	60.828
Amortização - principal	(674.697)
Pagamento - encargos	(37.953)
Em 31 de dezembro de 2021	1.895.680
Ingressos	1.000.000
Encargos	589.106
Custos apropriados	(84.615)
Amortização - principal	(300.000)
Pagamento - encargos	(45.374)
Em 31 de dezembro de 2022	3.054.797

1ª Emissão de debêntures simples

A Bordeaux Participações emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como:

- (i) Descumprimento, pela Emissora ou pelo FIP, de qualquer de suas respectivas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o pagamento de eventuais multas, nos Contratos de Garantia e/ou demais documentos relacionados à Emissão, na data em que referida obrigação seja devida, que não seja sanada no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data do respectivo descumprimento;
- (ii) Descumprimento, pela Emissora ou pelos Intervenientes Anuentes ou por qualquer dos obrigados nos respectivos instrumentos, de quaisquer obrigações não pecuniárias da Cláusula 8.1 desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, do Instrumento Adicional e/ou dos demais documentos relacionados à Emissão, não sanado em seu respectivo prazo de cura, ou se não houver, desde que não sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado da data do respectivo descumprimento;
- (iii) inadimplemento de qualquer dívida ou obrigação pecuniária da Emissora, dos Intervenientes Anuentes, e/ou de sua controlada ou coligadas, atuais ou futuras, ou da Copel Telecom, contraída junto aos Debenturistas, os cotistas dos Debenturistas e/ou respectivas afiliadas dos Debenturistas, que não seja sanado no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento ou no prazo de cura expressamente determinado nos respectivos contratos;

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

- (iv) **(a)** inadimplemento de qualquer dívida ou obrigação pecuniária da Emissora, dos Intervenientes Anuentes, e/ou de sua controlada ou coligadas, atuais ou futuras, ou da Copel Telecom, contraída no âmbito do mercado financeiro ou de capitais, nacional ou internacional, que não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do respectivo inadimplemento ou no prazo de cura expressamente determinado nos respectivos contratos; ou **(b)** vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação pecuniária da Emissora, dos Intervenientes Anuentes ou da Copel Telecom, contraída no âmbito do mercado financeiro ou de capitais, nacional ou internacional, observado para as hipóteses previstas nas alíneas **(a)** e **(b)** acima em conjunto, em valor individual ou agregado superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou valor equivalente em outra moeda) e se não sanado no prazo de cura expressamente determinado nos respectivos contratos;
- (v) ocorrência de qualquer dos seguintes eventos, sem o prévio consentimento dos Debenturistas: **(a)** qualquer transferência, modificação ou alteração no Controle direto ou indireto da Emissora, dos Intervenientes Anuentes e/ou de suas coligadas ou Controladas direta ou indiretas, atuais ou futuras, inclusive por meio de celebração de qualquer acordo de acionistas ou quotistas, e/ou **(b)** ingresso de qualquer novo acionista, direta ou indiretamente, no capital social da Emissora e/ou da Copel Telecom e/ou da Horizons e/ou das Sociedades Resultantes da Cisão (e suas sucessoras), nesse último caso ressalvada a Aquisição Copel Telecom e a Diluição Permitida;
- (vi) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária que envolva a Emissora, a Horizons e/ou sua controlada direta ou indiretas, atuais ou futuras, incluindo a Copel Telecom, com exceção (i) da cisão da Copel Telecom para versão dos ativos e passivos de serviços para uma nova entidade a ser constituída imediata e anteriormente a tal reorganização, e para versão dos ativos e passivos de infraestrutura para uma nova entidade a ser constituída imediata e anteriormente a tal reorganização, sendo certo a participação societária da entidade resultante da Cisão será detida pelos mesmos acionistas da Copel Telecom anteriormente à cisão e nos mesmos percentuais (em conjunto as “Sociedades Resultantes Cisão” e “Cisão Permitida Planejada”, respectivamente); (ii) fusões e incorporações de ações realizadas pela Copel Telecom no contexto de aquisições de empresas, desde que observados a Diluição Permitida e os Critérios Mínimos de Admissibilidade; e (iii) incorporação da Horizons pela Copel Telecom;
- (vii) não implementação da Cisão Permitida Planejada em até 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão;
- (viii) liquidação, extinção, dissolução ou tomada de qualquer medida com objeto semelhante pela Emissora, Copel Telecom e/ou pelos Intervenientes Anuentes, bem como pelas coligadas e Controladas, atuais ou futuras, dos Intervenientes Anuentes;
- (ix) pedido de falência ou autofalência, pedido de recuperação judicial, propositura de recuperação extrajudicial ou tomada de qualquer medida com objeto semelhante pela Emissora, pela Copel Telecom ou pelos Intervenientes Anuentes, bem como pelas coligadas e Controladas, atuais ou futuras, dos Intervenientes Anuentes;

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

- (x) em relação à Emissora, aos Intervenientes Anuentes e a Copel Telecom, sem prejuízo e em adição às demais hipóteses de vencimento antecipado aqui previstas; **(a)** criação de Ônus sobre quaisquer bens, direitos ou ativos de propriedade exclusiva da Emissora, e/ou dos Intervenientes Anuentes e/ou da Copel Telecom, excetuados os Ônus constituídos no âmbito de Endividamentos Permitidos Copel Telecom (conforme abaixo definido), ou os Ônus sobre ativos não operacionais da Copel Telecom, no âmbito de eventuais processos judiciais que tenham a Copel Telecom em seu polo passivo; **(b)** criação de ônus sobre as ações e/ou cotas de sua emissão, exceto pelas Garantias Reais; **(c)** contratação ou assunção de dívidas ou obrigações financeiras de qualquer natureza ou valor, nova ou existente, exceto pela Copel Telecom: **(i)** para a realização de investimentos em CAPEX previstos no projeto do plano de negócios da Copel Telecom para os próximos cinco exercícios sociais (“Plano de Negócios Copel Telecom”); **(ii)** para eventuais pagamentos resultantes no contexto de operações de aquisição de participação acionária que sejam identificadas pela administração da Copel Telecom no curso normal de seus negócios e a seu exclusivo critério, desde que observados os Critérios Mínimos de Admissibilidade previstos na Cláusula 6.2.3.3 em relação à empresa a ser adquirida; **(iii)** para realização da operação de financiamento em curso no nível da Copel Telecom para o pagamento das debêntures de emissão da Copel Telecom existentes na presente data, no montante total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); e **(iv)** para eventual amortização ou pagamento antecipado das Debêntures, utilizando integralmente os recursos líquidos captados, devendo ser mantido, em qualquer caso, a observância ao Índice Financeiro (“Endividamentos Permitidos Copel Telecom”), sendo que em todos os casos, os Endividamentos Permitidos Copel Telecom não poderão acarretar descumprimento pela Emissora, pelos Intervenientes Anuentes e pela Copel Telecom, do Índice Financeiro (conforme abaixo definido); **(d)** prestação de garantia fidejussória, real ou fiduciária em favor de qualquer dívida, nova ou existente em favor de quaisquer terceiros, exceto se no contexto de um Endividamento Permitido Copel Telecom, devendo ser mantido, em qualquer caso, a observância ao Índice Financeiro; **(e)** concessão de empréstimos, mútuos, adiantamentos ou outras formas de crédito a terceiros, pessoa física ou jurídica, sociedade, entidade ou veículo de qualquer natureza; **(f)** distribuição de recursos a seus acionistas ou quotistas de qualquer forma, incluindo, sem limitação, o pagamento de Dividendos, neste último caso, exceto para eventual amortização ou pagamento antecipado das Debêntures, utilizando integralmente os recursos líquidos distribuídos, devendo ser mantido, em qualquer caso, a observância ao Índice Financeiro; **(g)** cessão, transferência, doação ou qualquer outra forma de disposição não onerosa, de (i) de quaisquer bens e/ou direitos de sua propriedade; ou (ii) autorizações, concessões e outorgas relacionadas a bens e/ou direitos utilizados no exercício de suas atividades; e **(h)** realização de aquisições cujos ativos e/ou empresas em processo de aquisição que não cumpram com os Critérios Mínimos de Admissibilidade previstos na Cláusula 6.2.3.3 em relação à empresa a ser adquirida.
- (xi) caso as Debêntures, esta Escritura de Emissão, qualquer dos Contratos de Garantia o Instrumento de Opção de Compra e/ou o Instrumento Adicional sejam inexecutáveis, declarados nulos ou sem efeito, total ou parcialmente, conforme qualquer decisão judicial transitada em julgado ou administrativa, desde que não sujeita a recurso ou impugnação judicial, ou sentença ou arbitral, nacional ou estrangeira, não sujeita a impugnação judicial;
- (xii) aplicação e/ou destinação dos recursos obtidos com a Emissão de forma diversa da prevista na presente Escritura de Emissão;

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

- (xiii) caso a Emissora, os Intervenientes Anuentes ou a Copel Telecom forem negativadas em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, ou em caso de protesto de títulos ou execução contra a Emissora, os Intervenientes Anuentes ou Copel Telecom, em valor individual ou agregado superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou valor equivalente em outra moeda), salvo se tiver sido comprovado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos que **(a)** tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos; **(b)** o protesto foi cancelado; **(c)** o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou **(d)** o montante protestado foi devidamente quitado pela respectiva parte protestada;
- (xiv) não atingimento, pela Emissora, pelos Intervenientes Anuentes, pela Copel Telecom e/ou pelas Sociedades Apuradas (conforme abaixo definido), conforme aplicável, desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão até que todas as obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão e dos demais documentos relacionados às Debêntures seja plenamente cumpridas, do índice financeiro correspondente ao quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA que deverá ser igual ou inferior a 8,5x, com relação às demonstrações financeiras consolidados e em bases combinadas da Emissora, dos Intervenientes Anuentes, da Copel Telecom e/ou pelas Sociedades Apuradas (conforme abaixo definido), conforme aplicável (“Índice Financeiro”), calculado pro forma, conforme verificação semestral a partir da Data de Integralização, a serem apurados com base nas demonstrações financeiras consolidados em bases combinadas entre tais entidades **(a)** da Emissora; **(b)** de eventuais empresas operacionais que venham a ser adquiridas pela Emissora, pelos Intervenientes Anuentes e/ou pela Copel Telecom, no âmbito de operações de aquisição de participação acionária no curso normal de seus negócios; e **(c)** das Sociedades Resultantes Cisão, uma vez concluída a Cisão (sendo as entidades indicadas nos itens (b) e (c) em conjunto denominadas “Sociedades Apuradas”) auditadas por Auditor Independente (conforme abaixo definido), na data da disponibilização das demonstrações financeiras relativas aos últimos 12 (doze) meses encerrados em julho e janeiro de cada ano, calculado pela Emissora e verificado pelos Debenturistas. Sem prejuízo da verificação de atingimento do Índice Financeiro nas demais hipóteses previstas nesta Escritura de Emissão, a primeira verificação do Índice Financeiro para fins desta Cláusula ocorrerá com relação aos números relativos às demonstrações financeiras consolidados e em bases combinadas do período encerrado em 31 de julho de 2022 da Emissora, dos Intervenientes Anuentes e da Copel Telecom.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pela 1ª emissão simples de debêntures.

4ª Emissão de debêntures simples

A Ligga Telecom emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores. Em outubro de 2022 a 4ª Emissão de debêntures simples foi integralmente liquidada.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

5ª Emissão de debêntures simples

Em 15 de setembro de 2022, foram aprovados os termos e as condições da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e não permutáveis em ações de emissão de outra sociedade, em série única, da espécie quirografária com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Ligga Telecom. De acordo com a escritura de emissão, foram emitidas 1.000.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000, perfazendo uma emissão total R\$1.000.000.000

Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures, o prazo de vencimento será de 8 (oito) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2030. Abaixo, segue o calendário de pagamentos:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Emissão de Debêntures	Após 30 de setembro 2023: Dívida líquida consolidado / Ebitda consolidado	≤ 3,0

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pela emissão simples de debêntures

16. Impostos e contribuições sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	3.713	6.269
Pis e Cofins a recolher	-	-	4.211	1.957
Outros impostos a recolher	1	-	22.597	1.572
	1	-	41.968	20.712
Circulante	1	-	31.054	9.798
Não circulante	-	-	10.914	10.914
	1	-	41.968	20.712

O saldo referente ao passivo não circulante refere-se a uma ação visando a não contribuição previdenciária sobre verbas de folha de pagamento, que depende da finalização da ação judicial para recolhimento ou reversão. Uma vez que a Companhia não tem ainda estimativa segura de julgamento da causa, manteve o saldo contabilizado no não circulante.

17. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sociais	4.876	103
Férias	7.026	-
Outras obrigações a pagar	622	-
	12.524	103

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Conforme citado na nota explicativa 1, no segundo semestre de 2021, todos os empregados registrados na Ligga Telecom foram realocados para novas funções nas demais subsidiárias da Ligga. Como parte das condições definidas no CCVA, foi criada a Copel Serviços com o objetivo de trabalhar apoiando os novos acionistas na gestão da Ligga Telecom.

Ante ao exposto acima, a Ligga Telecomunicações S.A. não tinha funcionários registrados em 31 de dezembro de 2021, o que é percebido quando avaliamos o saldo no passivo em 31 de dezembro de 2021. O saldo que restou nessa data-base trata-se de uma provisão para participação nos lucros ainda referente ao período de gestão anterior.

18. Aquisições

Referem-se a obrigações assumidas nas aquisições de carteiras e ativo imobilizado pela controlada Nova Fibra, cujo saldo está demonstrado a seguir:

	2022
Egtech Telecom Ltda.	5.716
Live Network Provedor Serviços de Internet Ltda. - Me	421
Netlink Comércio e Serviços de Telecom Ltda.	1.365
Onefibra Telecomunicações Ltda.	1.032
Pallu Com. e Manutenção de Teleinformática e Redes Ltda.	406
Rm Fibra Comunicações Eireli	6.038
Sni Telecom Ltda. Me	347
Telxe do Brasil Telecomunicações Ltda.	459
Wiremax Comércio de Equipamentos de Informática Ltda.	245
	16.029

19. Impostos parcelados

	Consolidado
	31/12/2022
Parcelamento de ICMS	24.878
Parcelamento de IRRF	120
Parcelamento de PIS e COFINS	227
Parcelamento de INSS	144
Parcelamentos simplificado (a)	14.466
Outros parcelamentos	1.529
	41.364
Circulante	16.670
Não circulante	24.694
	41.364

(a) Referem-se a três parcelamentos simplificados realizados durante o exercício de 2022 originados de débitos de: INSS, IRRF, CSRF, PIS e COFINS.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Correspondem a parcelamento de impostos e contribuições os quais estão atualizados monetariamente pela variação da TJLP. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não contém valores em atraso.

20. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Telefônica Brasil S.A. (a)	-	-	10.317	-
Agnaldo Bastos Lopes (b)	-	-	33.419	-
Passivos assumidos em combinação de negócios	-	-	7.962	-
Outras contas a pagar	1	-	7.633	1.710
	1	-	59.331	1.710
Circulante	1	-	24.973	1.710
Não circulante	-	-	34.358	-
Total	1	-	59.331	1.710

(a) Saldo refere-se à uma aquisição realizada pela controlada Nova Fibra da edificação onde está instalada a sede administrativa da Companhia. A transação ocorreu através de um leilão em 30 de dezembro de 2020, sendo ela no valor total de R\$18.500, com uma entrada no valor de R\$2.737 e restante de R\$15.763 da dívida parcelado, com a última parcela para janeiro de 2026;

(b) O saldo refere-se à aquisição da controlada Nova Fibra. O valor total da transação foi de R\$95.788, com uma entrada no valor de R\$20.000, R\$27.893 na data de fechamento da transação e o restante da dívida parcelado, com última parcela vencendo em 30 de agosto de 2025. O valor está líquido do ajuste de valor presente, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

21. Provisões para riscos

A Administração é polo passivo em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em demonstrações de seus assessores jurídicos, da análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência no desfecho de julgamento anterior, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

Movimentação da provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis nos exercícios

	Consolidado			Total
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	30.621	532	1.993	33.146
Adições	76	689	26	791
Reversões	(21.582)	(1)	-	(21.583)
Pagamentos	(2.166)	(56)	-	(2.222)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.949	1.164	2.019	10.132
Saldo de abertura - combinação de negócios	1.926	818	12.799	15.543
Adições	6.460	1.752	2.643	10.855
Reversões	280	(1.049)	(1.469)	(2.238)
Pagamentos	(141)	(178)	-	(319)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.474	2.507	15.992	33.973

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

A provisão para riscos trabalhistas consiste, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego. A provisão para riscos cíveis refere-se substancialmente a ações objetivando o recebimento de valores de serviços prestados, bem como indenizações pelos danos morais e a provisão para riscos tributários refere-se substancialmente a ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais, em que a Companhia discute sua incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.

Após a administração atual da Companhia assumir as operações da Ligga Telecom em 2021, foi realizado uma revisão da base de processos judiciais, e com isso foi identificada a necessidade de baixa de processos que já estavam em fase de arquivamento e ainda provisionados, ou mensurados por um valor acima do risco real em 31 de dezembro de 2021.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Abaixo segue a composição desses valores:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais	20.800	-
Trabalhistas	10.092	4.607
Cíveis	4.863	8.659
	35.755	13.266

O saldo de depósitos judiciais registrados no ativo não circulante possui vinculação com os processos acima mencionados. Abaixo segue a composição desses valores:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais	13.069	13.069
Trabalhistas	3.580	3.061
Cíveis	2.329	500
	18.978	16.630

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:		
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	31.703	19.450
Amortização Ágio PPA NOVA	5.683	-
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	78.024	89.812
Benefícios pós-emprego	18.727	-
Mais valia - Ligga	62.881	-
Provisões para litígios	27.042	10.571
Provisões por desempenho participação nos lucros	497	-
Perdas de créditos esperadas	31.209	20.068
Adequação da depreciação as taxas fiscais	170.820	107.844
Outros	33.633	36.041
Base imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	460.220	283.786
Alíquota combinada	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	156.475	96.487
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:		
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	-	6.841
Atualização de depósitos judiciais	4.537	4.538
	4.537	11.379
Alíquota combinada	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	1.543	3.869
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	(154.932)	(92.618)

Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a Administração estima realizar o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos conforme a seguir:

b) Conciliação da despesa do resultado de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(118.415)	(32.144)
Alíquota combinada	34%	34%
Crédito de imposto de renda e contribuição social	40.261	10.929
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Despesas indedutíveis (a)	(2.528)	(8.195)
Incentivos fiscais (b)	-	26
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	(1.060)
Outros	16	15
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	37.749	1.715
IRPJ e CSLL correntes	(11.949)	(1.110)
IRPJ e CSLL diferidos	49.698	2.825
Alíquota efetiva - %	31,88%	5,34%

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

23. Partes relacionadas

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Sercomtel S/A Telecomunicações (d)	-	3.562
Horizons Telecomunicações e Tecnologia S.A. (b)	4.796	-
	4.796	3.562
Ativo não circulante		
Horizons Telecomunicações e Tecnologia S.A. (b)	4.232	7.000
Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (c)	399.399	13.711
Nova Fibra Telecom S.A.	-	-
	403.631	20.711
Receitas (custos) operacionais		
Estado do Paraná (e)	-	28.485
Companhia Paranaense de Energia - Copel (d)	-	17.355
Sercomtel S/A Telecomunicações (d)	-	4.369
Nova Fibra Telecom S.A.	-	-
Horizons Telecomunicações e Tecnologia S.A. (b)	5.257	-
	5.257	50.209
Resultado financeiro		
Companhia Paranaense de Energia - Copel (a)	-	5.891
	-	5.891

(a) Em 19.06.2020, foi assinado contrato de mútuo entre a Ligga Telecom (mutuante) e Companhia Paranaense de Energia - Copel (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 120% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da mutuária e vigência até 30.06.2021;

(b) Em 17.12.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a Ligga Telecom (mutuante) Horizons Telecomunicações e Tecnologia S.A. (mutuária), com vencimento em 30.06.2023. Em 2022 houve o recebimento de R\$ 2.768;

(c) Em 10.12.2021, foi assinado um Termo de Reconhecimento e Assunção de Obrigações entre Ligga Telecom e Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia;

(d) Prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, com vencimento para 15 dias após a emissão da fatura, e com faturamento mensal e sem juros embutido nos valores faturados.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, no contas a receber é apresentado valores de transações com partes relacionadas. Abaixo segue um resumo com a posição em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado
	31/12/2022
Ativo circulante	
Sercomtel S/A Telecomunicações	3.157
	3.157

Remuneração da Administração

É composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$14.465 (R\$2.135 em 31 de dezembro 2021).

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.006.948, composto por 736.646.899 ações ordinárias (sem valor nominal), de forma que 700.421.899 ações são pertencentes a Bordeaux Participações e 36.225.000 ações são pertencentes a Agnaldo Bastos Lopes.

24.2. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Durante o exercício de 2022 a Companhia recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital da acionista Bordeaux Participações no montante de R\$ 99.152. A Companhia tem a intenção de integralizar esse montante no segundo semestre de 2023.

25. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta:		
Receita de serviços de comunicação e tecnologia	434.711	514.391
Serviços de ativação	1.602	7.292
Implantação de rede óptica	2.947	1.486
Serviços de remanejamento	-	470
Visita improdutivo	24	291
Aluguéis	19.609	12.186
Serviço de valor adicionado	127.128	552
Outras receitas	6.669	90
	592.690	536.758
Deduções da receita bruta		
ICMS	(93.401)	(128.759)
PIS E COFINS	(23.847)	(13.492)
ISS	(2.093)	(417)
	(119.341)	(142.667)
Receita operacional líquida	473.349	394.091

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

26. Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Comunicação, processamento e transmissão de dados	-	-	(11.819)	(75.506)
Gastos com pessoal	-	-	(24.679)	(46.593)
Depreciação arrendamento mercantil	-	-	(5.657)	(3.271)
Depreciação e amortização	(62.881)	-	(204.318)	(123.108)
Aluguéis e seguros	-	-	(72.196)	(47.246)
Consultorias e auditorias	-	-	(28.118)	(29.607)
Perdas na desativação e alienação de bens	-	-	(4.149)	(27.071)
Serviços profissionais contratados	(52)	(21)	(65.021)	(20.637)
Doações	-	-	(12)	(21.691)
Resultado de equivalência patrimonial	(37.238)	(30.429)	-	-
Ganho de capital em investimento	245.354	-	245.354	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ¹	-	-	(6.510)	(22.684)
Despesas tributárias	-	-	(3.680)	(4.188)
Conservação e manutenção	-	-	(65.481)	(1.638)
Energia elétrica	-	-	(1.028)	(510)
Provisão para ajuste ao valor de recuperação de ativos - impairment	-	-	(9.458)	13.005
Provisão para riscos	-	-	(8.617)	20.792
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	(14.727)	(1.073)
	145.183	(30.450)	(280.116)	(391.026)
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	-	-	(270.346)	(259.975)
Despesas com vendas	-	-	(65.520)	(60.494)
Despesas gerais e administrativas	(62.986)	(21)	(168.650)	(72.172)
Resultado de equivalência patrimonial	(37.238)	(30.429)	-	-
Ganho de capital em investimento	245.407	-	245.407	-
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	(21.007)	1.615
	(145.183)	(30.450)	(280.116)	(391.026)

(¹) Em 31 de dezembro de 2021, inclui o provisionamento de R\$7.834 referente a recebíveis de órgãos públicos vencidos anteriormente a 2020, que estão em trâmites de cobrança.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras decorrentes de				
Juros recebidos	-	-	16.315	7.611
Juros recebidos sobre mútuos com partes relacionadas	-	-	-	4.344
Renda de aplicações financeiras	3	-	46.564	16.795
Outras receitas financeiras	-	-	439	5.342
	3	-	63.318	34.092
Despesas financeiras decorrentes de				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	(516.504)	(89.911)	(634.745)	(158.222)
Atualização monetária	-	-	(2.915)	-
Encargos sobre arrendamentos	-	-	(243)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(8.262)	(1.011)
	(516.504)	(89.911)	(646.165)	(159.233)
Resultado financeiro	(516.501)	(89.911)	(582.847)	(125.141)

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Ligga Telecom referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e os principais ativos financeiros referem-se a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes, que resultam diretamente de suas operações.

A Ligga Telecom está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez e a Alta Administração supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

a) Risco de mercado

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Ligga Telecom, englobam somente o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos.

b) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Ligga Telecom ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

A Ligga Telecom monitora as flutuações das diversas taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos monetários e, em caso de aumento da volatilidade dessas taxas, podem vir a operar com derivativos com o objetivo de minimizar esses riscos, instrumento este normalmente não utilizado pela Administração em face dos riscos inerentes.

Com base nas análises realizadas, o impacto sobre o lucro, depois do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, com uma variação de +/- 25% e +/- 50% na taxa de juros corresponderia a um aumento ou redução conforme apresentado a seguir:

Instrumentos	Fator de risco	Valores expostos em			Cenário provável	25%	50%
		31/12/2023	-50%	-25%			
Aplicações financeiras	CDI	353.083	32.131	38.557	48.196	60.245	72.294
Empréstimos e financiamentos	CDI	(46.459)	(4.228)	(5.073)	(6.342)	(7.927)	(9.512)
Debentures	CDI	(3.961.368)	(360.484)	(432.581)	(540.727)	(675.908)	(811.090)
Debentures	IPCA	(948.381)	(36.608)	(43.929)	(54.911)	(68.639)	(82.367)
		(4.603.125)	(369.189)	(443.027)	(553.784)	(692.230)	(830.676)
Taxas	CDI		9,10%	10,92%	13,65%	17,06%	20,48%
Taxas	IPCA		3,86%	4,63%	5,79%	7,24%	8,69%

c) Risco crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Ligga Telecom a riscos de crédito são representados, principalmente, pelas disponibilidades e contas a receber de clientes.

Contas a receber de clientes

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e às políticas estabelecidos pela Administração da Ligga Telecom em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada periodicamente em base individual para os principais clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Ligga Telecom, de acordo com a política por esta estabelecida.

Bordeaux Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e no limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Ligga Telecom ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 é o valor registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, no balanço patrimonial.

d) Risco de liquidez

Representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O risco de liquidez é gerenciado pela Administração, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Ligga Telecom gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, além das captações realizadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, vide nota nº 15.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	360.070
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.101.256)
Endividamento líquido	2.741.186
Patrimônio líquido	669.428
	409,48%